

CONGRESSO

Disparado na frente, Motta atrai mais siglas

Com PV e PCdoB, são oito os partidos fechados com o candidato ao comando da Câmara

» CAMILA CURADO

Candidato à Presidência da Câmara, o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), conta com o apoio de oito partidos para disputar o cargo, em fevereiro de 2025. Ontem, PV e PCdoB anunciaram oficialmente o respaldo ao político paraibano.

As legendas que já disseram “sim” a Motta foram: PP, Republicanos, MDB, Podemos, PL e PT, além do PV e PCdoB. Todas as bancadas, juntas, têm 324 deputados. Ainda falta o posicionamento oficial de siglas, como União Brasil, PSD, Solidariedade, PDT, Cidadania, Avante, PSDB e PSol.

O aval dos partidos não garante votos, mas reforça o favoritismo de Motta, apoiado pelo atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O bloco da Federação Brasil da Esperança, composto por PT, PCdoB e PV, já foi conquistado. Na reunião do PV, foi Luciano Amaral (AL) o responsável por fazer o pronunciamento, ao lado de Motta. Os líderes Odair Cunha (PT-MG), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL) também dividiam a mesa com Doutor Luizinho (PP-RJ) e Clodoaldo Magalhães (PV-PE).

Em seus agradecimentos, Motta destacou que a meta, se conquistar o cargo, é promover um ambiente de gestão participativa e colaborativa, em que a “Casa do povo” seja aberta a uma ampla diversidade de opiniões.

Motta enfatizou que a Presidência da Câmara não deve ser um projeto individual, mas coletivo, que busca dividir as responsabilidades e ouvir todas as vozes. Para ele, a abordagem participativa é crucial para reduzir erros e assegurar decisões mais representativas e equilibradas, aumentando a legitimidade da Casa perante a população.

O candidato afirmou que, após essa etapa de negociações com as lideranças partidárias, começará um trabalho

Camila Curado



Motta (C) recebeu o apoio de PV e PCdoB: meta é criar clima de unidade entre esquerda, direita e centro



Temos sempre defendido a candidatura de consenso, de convergência. Prometemos ir até a exaustão para construir esse projeto. Vamos procurar o União Brasil e o deputado Elmar, vamos procurar o PSD e o deputado Antonio Brito”

Hugo Motta (Republicanos-PB), candidato à Presidência da Câmara

de diálogo individual com os 513 parlamentares, para unir forças e criar um clima de unidade entre esquerda, direita e centro, a fim de fortalecer a governança da Câmara.

Preterido por Lira, o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) ressaltou, ontem, a

jornalistas que conta com o apoio de PSDB, Cidadania, Avante, PDT, PSB, PSD e Solidariedade.

Após a coletiva de imprensa, escreveu nas redes sociais que sua candidatura está mantida: “Não tenho desavenças políticas com meus oponentes, mas também firmei compromisso com outras

legendas, com as quais aprofundaremos as discussões para fortalecer nossa posição”.

Motta já procurou Elmar Nascimento e o outro postulante ao cargo, Antonio Brito (PSD-BA), em busca de apoio. Para o candidato do União, o “fruto dessas conversas poderá ter algum tipo de avanço”. “Nosso objetivo é claro: queremos ser respeitados pelo nosso tamanho e relevância no cenário nacional”, pontuou Elmar.

Brito, por sua vez, disse ao **Correio** que é grato pelo apoio de seu partido. Ele não excluiu uma aliança com Elmar. Hoje, conversará com o líder da legenda, Gilberto Kassab, em São Paulo, para definir o futuro de sua candidatura.

O próximo passo do PSD, que tem 45 parlamentares, será a reunião de bancada, no Congresso, marcada para a próxima segunda-feira.

Projeto para regularizar as emendas

» JÚLIA PORTELA
» RENATO SOUZA

O deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA) protocolou, ontem, um projeto de lei complementar (PLP) para regularizar as emendas parlamentares. O texto foi costurado em um acordo que ocorreu nos bastidores entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e outros parlamentares. A matéria deve ser votada em uma sessão convocada para a próxima segunda-feira.

Os repasses estão interrompidos por decisão do ministro Flávio Dino, relator das ações no STF, que determinou transparência e rastreabilidade nas emendas.

Entre as regras previstas no PLP 175/24 está a de que as “emendas de bancada estadual somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes para a unidade da Federação representada pela bancada, sendo vedada a individualização de ações e projetos para atender a demandas ou a indicações de cada membro da bancada, admitindo-se a destinação para outra UF desde que sejam projetos de amplitude nacional”.

São considerados projetos estruturantes obras e ações relacionadas à educação técnica, ao ensino médio, ao ensino fundamental, à educação infantil, ao saneamento, à habitação, à saúde, ao transporte, à infraestrutura hídrica, entre outros.

Assim que a lei for sancionada, os órgãos executores das políticas públicas terão 30 dias

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Proposta no Senado

No Senado, há outra proposta tramitando, apresentada pelo relator do Orçamento de 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA). O texto incorporou a proposta do governo de crescimento das emendas impositivas, mas não traz restrição para as emendas de comissão. Além disso, há diferenças entre as propostas de transparência.

para publicar portarias com os projetos estruturantes que poderão entrar, ainda, nas emendas previstas para o Orçamento de 2025.

O projeto também prevê limites para repasses de emendas: oito emendas para os estados com até cinco milhões de habitantes; seis emendas para os estados com cinco milhões e um a 10 milhões de habitantes; quatro emendas para

os estados com mais de 10 milhões de habitantes.

Emendas de comissão

O texto também prevê regras para as chamadas emendas de comissão. Elas só poderão ser destinadas para projetos em que o objeto seja identificado de forma precisa. Fica vedado o envio para projetos com designação “genérica” que possa contemplar ações distintas.



O texto não representa mera resposta técnica, mas um passo importante para um entendimento harmônico entre os Poderes”

Rubens Pereira Jr. (PT-MA), deputado

Além disso, 50% dos recursos das emendas devem ser para ações de saúde pública, de acordo com prioridades e técnicas definidas pelo governo federal.

Em relação às emendas individuais, ainda de acordo com o projeto, o autor do envio dos recursos deverá informar o objeto e valor da transferência, a indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas.

Também deverão ser indicadas a agência bancária e a conta específica que irão receber os recursos. O governo estadual ou municipal que receber o montante da emenda individual deverá informar, em até 30 dias, ao Congresso e ao Tribunal de Contas da União (TCU), o valor recebido, o plano de trabalho e o cronograma de execução da obra ou ação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Caso Marielle mostra a necessidade de reforma da segurança

No mesmo dia em que o julgamento do caso Marielle Franco (PSol) transcorria no Rio de Janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunia com governadores para anunciar o projeto de reformas constitucionais que reforça a presença do governo federal no combate à criminalidade e consolida o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado no governo Temer.

“A gente vê, de vez em quando, falar do Comando Vermelho, do PCC. E eles estão em quase todos os estados, disputando eleições e elegendo vereadores. E, quem sabe, indicando pessoas para utilizar cargos importantes nas instituições brasileiras”, justificou.

A proposta da emenda à Constituição (PEC), que será enviada para análise do Congresso Nacional, foi elaborada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para quem é preciso realizar “mudanças estruturais” na área. Segundo ele, o desenho estabelecido pela Constituição de 1988 “está absolutamente superado pela dinâmica da criminalidade”, que deixou de ser local para ser nacional e transnacional.

O caso Marielle Franco é o exemplo da hora das conexões do crime organizado com a política e as dificuldades de combatê-lo por causa da infiltração criminosa no aparelho de segurança pública. O julgamento dos assassinos confessos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes foi concluído ontem pelo 4º Tribunal de Juri do Rio de Janeiro.

Mais de seis anos depois do crime, foram condenados os ex-policiais militares Ronnie Lessa, que reconheceu ter sido autor dos disparos, a 78 anos e 9 meses de prisão; e Elcio Queiroz, que confessou ter dirigido o carro usado no crime, a 59 anos e oito meses. Em delação premiada, ambos contribuíram para reconstituir um assassinato cometido sob encomenda dos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, respectivamente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) e deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Mandantes impunes

Ambos estão presos, porém, a cassação do mandato de Chiquinho, aprovada no Conselho de Ética da Câmara, ainda não foi a plenário, o que mostra as dificuldades políticas para romper a blindagem contra criminosos infiltrados nos poderes constituídos. Punir os mandantes do assassinato é indispensável para coibir crimes dessa natureza; somente os executores não resolve o problema da infiltração criminosa.

Marielle foi assassinada em plena atividade política como parlamentar, ao sair de uma reunião de mulheres que debatia o tema da violência, na Lapa, região central da capital fluminense. A causa foi sua atuação na Zona Oeste da cidade contra um esquema de grilagem de terrenos e projetos imobiliários ilegais, sob o comando de milícias.

O crime contou com a cobertura do próprio chefe da Polícia Civil à época, o delegado Rivaldo Barbosa, que prejudicava as investigações para evitar que chegassem aos mandantes. Somente após a Polícia Federal entrar no caso é que o crime foi elucidado, e Barbosa foi preso. O delegado chegou a prometer aos pais de Marielle que o assassinato não ficaria impune.

Os irmãos Brazão e Barbosa, que ainda não foram a julgamento, acusam o ex-vereador Cristiano Girão, também ex-policia militar, que chegou a ser preso e condenado por se envolver com milícias na Zona Oeste, de ser o mandante, num jogo para confundir as investigações. O ministro Alexandre de Moraes é o responsável pelo caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

O caso Marielle é uma demonstração de que a reforma do sistema de segurança pública é realmente necessária. A resistência dos governadores à implantação do sistema, como no caso do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que teve na questão da segurança pública uma prioridade efetiva, não se justifica. Os governadores de Santa Catarina, Jorginho Melo (PL); Paraná, Ratinho Junior (PSD); e Minas, Romeu Zema (Novo), sequer foram a reunião.

Caiado verbalizou a resistência dos governadores de oposição: “É inadmissível qualquer invasão nas posições que os estados têm em termos de poder da sua Polícia Civil, Militar e Penal, que realmente são as estruturas que sustentam a segurança neste país, com total parceria com a PF e a PRF”.

A posição do governador goiano sinaliza as dificuldades que o projeto de reforma da segurança pública enfrentará no Congresso. O problema não é onde o sistema de segurança não foi capturado pelo crime organizado, é onde isso está acontecendo. Nesse caso, a ação federal é necessária, como o próprio caso Marielle demonstra.

CASO DA VEREADORA ASSASSINADA É O EXEMPLO DA HORA DAS CONEXÕES DO CRIME ORGANIZADO COM A POLÍTICA E AS DIFICULDADES DE COMBATÊ-LO, POR CAUSA DA SUA INFILTRAÇÃO NO APARELHO DE SEGURANÇA